

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

Boletim Estatístico

SEMESTRAL
agosto de 2009



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO



SEÇÃO DE ESTATÍSTICA SEST

**BOLETIM ESTATÍSTICO
1º SEMESTRE DE 2009**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO



BOLETIM ESTATÍSTICO

1º Semestre de 2009

ELABORAÇÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO
Coordenadoria Jurídica
Seção de Estatística – SEST
Coordenadoria de Informática

SÃO PAULO, AGOSTO DE 2009

ÍNDICE

1. Movimentação processual.....	7
1.2 Comparativo do 1º semestre: 2008 e 2009	10
1.3 Comparativo de entradas por Órgão Julgador	11
1.4 Assuntos recorrentes	15
2. Estudo do tempo	17
2.1 Tempo de permanência	17
2.2 Habeas Corpus: tempo até a decisão	19
2.3 Remanescentes em 30 de junho	22
2.4 Remanescentes por Órgão Julgador.....	23
2.5 Remanescentes por Gabinete.....	25
3. Análise quantitativa.....	29
3.1 Pareceres por classe.....	29
3.2 Manifestações por matéria	31
3.3 Prescrição	36
3.4 Recursos Especial e Extraordinário	37
4. Análise qualitativa	39
4.1 Resultado do julgamento de acordo com o Órgão Julgador	39
4.2 Resultado do julgamento de acordo com a matéria	41
4.3 Resultado do julgamento de acordo com o assunto	42
4.3.1 Penal.....	43
4.3.2 Previdenciário	44
4.3.2 Tributário.....	44
4.3.3 Administrativo	45
5. Núcleo do Órgão Especial	47
6. Núcleo da Tutela Coletiva	51
7. Recursos Extraordinários com Repercussão Geral e Recursos Especiais selecionados para julgamento de matéria repetitiva.....	53

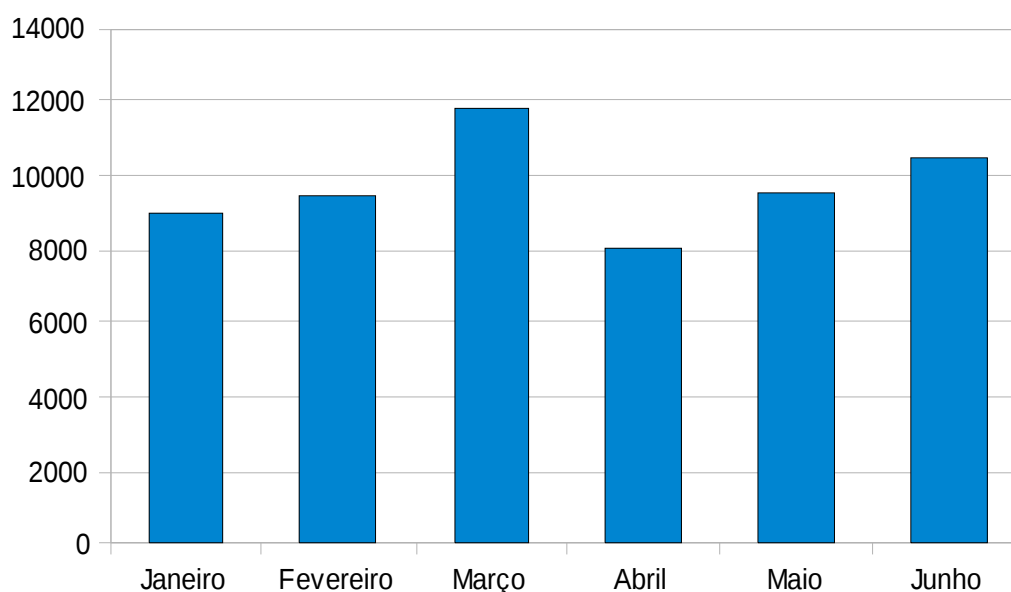
1. Movimentação processual

Na tabela a seguir, o fluxo detalhado de processos que passaram por esta Procuradoria Regional da República, entre os meses janeiro e junho de 2009.

Movimentação Processual: 1ª semestre

Movimentação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total
Entrada Total	4.426	4.812	5.803	3.946	4.601	4.819	28.407
Retorno	2.314	2.560	2.897	2.026	2.533	2.236	14.566
Processo novo	2.112	2.252	2.906	1.920	2.068	2.583	13.841
Saída	4.546	4.619	6.019	4.071	4.950	5.668	29.873
Total	8.972	9.431	11.822	8.017	9.551	10.487	58.280

Movimentação Processual: 1ª semestre



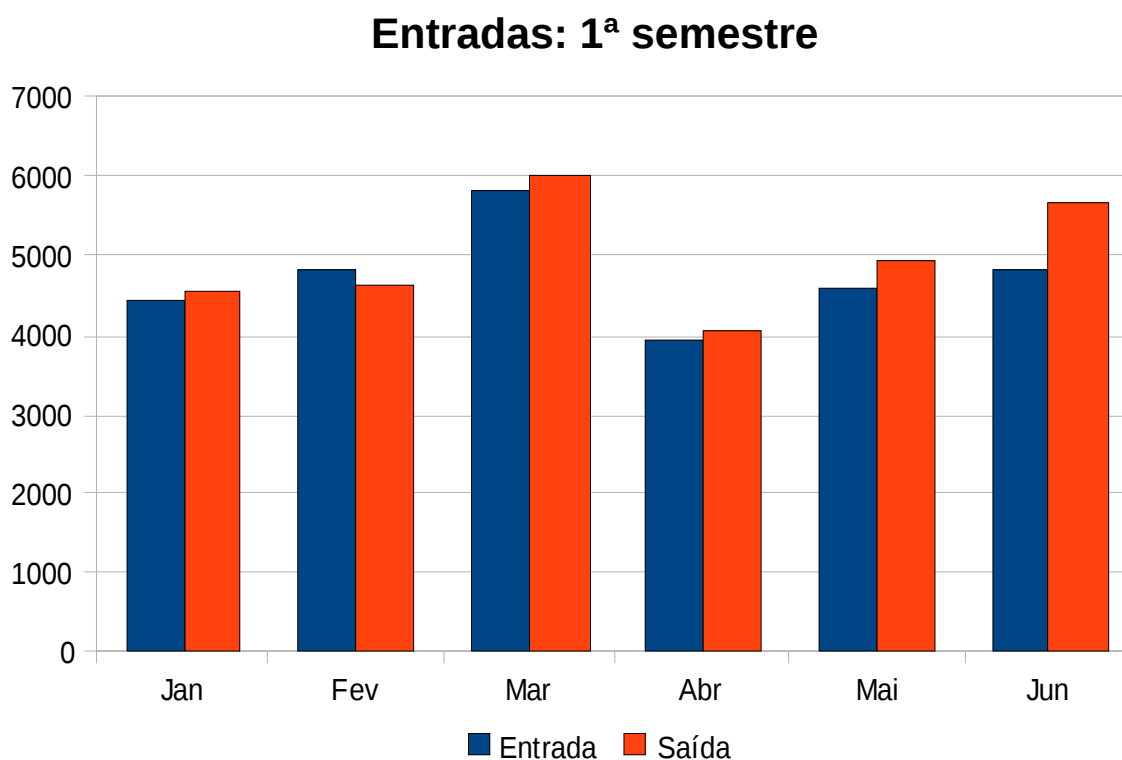
No primeiro semestre deste ano, 28.407 processos deram entrada nesta Unidade Ministerial, ocasião em que 29.873 foram prontamente remetidos ao TRF-3ª Região, totalizando nesse período 58.280 feitos movimentados.

Observa-se, a partir da tabela, que no último semestre o fluxo dos processos que deram entrada na Procuradoria manteve-se estável, exceto quanto ao mês de março, quando o número de feitos sofreu relevante acréscimo. Foram quase 1.000 processos a mais que mês de fevereiro. Contudo, essa tendência de crescimento não foi confirmada

no mês subsequente. Isso porque, no mês de abril, podemos notar significativa queda no número de entradas, com redução de mais 1.000 processos.

Saliente-se que desses 28.407 feitos enviados pelo TRF - 3ª Região, 14.566 foram retornos, ou seja, processos que já haviam passado, em outra ocasião, por esta Procuradoria, ao passo que 13.841 foram processos que deram entrada pela primeira vez nesta Unidade.

Conforme demonstra o gráfico abaixo, é importante destacar que em todos os meses, exceto o mês de fevereiro, o número de processos que foram remetidos ao TRF-3ª Região superou o número dos processos que foram enviados por este Tribunal.



Quanto às entradas de processos novos, em comparação com as saídas, verificamos um ligeiro predomínio, em relação aos que entraram. Isso demonstra que, no semestre passado, se o número de saídas superou o de entradas, esse fato não pode ser atribuído aos processos novos. Conclui-se, portanto, que a maior parte dos processos encaminhados ao TRF-3ª foram recebidos nesta Regional como retorno.

Na tabela abaixo, temos a movimentação processual por Órgão Julgador. As tabelas discriminam as entradas e saídas, divididas por matérias Tutela Coletiva, Cível e Criminal.

Ressalte-se que a 3ª Turma foi a que recebeu o maior número de processos (4.121), seguida da 4ª Turma (3.137) e da 2ª Turma (3.090).

Movimentação Processual: Entrada

Órgão Julgador	Cível	Criminal	Tutela Coletiva	Total
Órgão Especial	99	296	36	431
Presidência	-	-	6	6
Vice - presidência	6	99	5	110
1ª Seção	267	294	10	571
1ª Turma	795	1.806	24	2.625
2ª Turma	632	2.444	14	3.090
5ª Turma	819	1.686	46	2.551
2ª Seção	232	-	11	243
3ª Turma	3.950	-	171	4.121
4ª Turma	3002	-	135	3.137
6ª Turma	2.458	-	138	2.596
3ª Seção	751	-	3	754
7ª Turma	2.069	-	8	2.077
8ª Turma	1517	-	-	1.517
9ª Turma	1.745	-	3	1.748
10ª Turma	2820	-	8	2.828
TOTAL	21.162	6.625	618	28.405

No tocante à produtividade, merecem destaque, quanto aos processos remetidos pela PRR-3ª Região ao TRF-3ª Região, a atuação da Procuradoria perante 3ª Turma (4.286, processos remetidos), a 6ª Turma (3.611 processos remetidos) e a 4ª Turma (3.211 processo remetidos).

Movimentação Processual: Saída

Órgão Julgador	Cível	Criminal	Tutela Coletiva	Total
Órgão Especial	102	303	36	441
Presidência	-	-	6	6
Vice - presidência	6	97	5	108
1ª Seção	264	296	8	568
1ª Turma	826	1.822	24	2.672
2ª Turma	616	2.437	13	3.066
5ª Turma	929	1.683	44	2.656
2ª Seção	237	-	12	249
3ª Turma	4.119	-	167	4.286
4ª Turma	3.078	-	133	3.211
6ª Turma	3.470	-	141	3.611
3ª Seção	740	-	2	742
7ª Turma	2.111	-	9	2.120
8ª Turma	1.525	-	-	1.525
9ª Turma	1.789	-	7	1.796
10ª Turma	2.806	-	8	2.814
TOTAL	22.618	6.638	615	29.871

1.2 Comparativo do 1º semestre: 2008 e 2009

Na tabela abaixo a comparação, mês a mês, referente ao primeiro semestre dos anos de 2008 e 2009, dos processos que entraram e saíram desta Procuradoria. Ressalte-se, desde logo, que houve uma relevante redução no número de feitos, tanto dos que entraram como dos que saíram da Procuradoria. Com efeito, em 2009 foram 28.407 entradas, ao passo que em 2008 foram 31.923, o que representa, portanto, uma redução de 3.516, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Comparativo 1º Semestre: 2008 e 2009

	2008	2009
--	-------------	-------------

Mês	Entrada	Saída	Entrada	Saída
Janeiro	4.630	4.527	4.426	4.546
Fevereiro	3.947	5.453	4.812	4.619
Março	4.051	4.751	5.803	6.019
Abril	7.245	6.020	3.946	4.071
Maio	5.281	5.809	4.601	4.950
Junho	6.769	5.833	4.819	5.668
Total	31.923	32.393	28.407	29.873

Observados apenas os processos novos, em relação às entradas e saídas, também nota-se que houve uma importante redução no número total de feitos. Nos próximos itens será feita a análise desses números por Área.

A movimentação total da Procuradoria, compreendendo as entradas e as remessas, fixou-se em 31.923 em 2008, ao turno que, em 2009, o número foi de 28.407.

Comparativo 1º Semestre: 2008 e 2009

	2008		2009	
Mês	Novo	Retorno	Novo	Retorno
Janeiro	2.415	2.215	2.112	2.314
Fevereiro	1.298	2.649	2.252	2.560
Março	1.615	2.436	2.906	2.897
Abril	4.418	2.827	1.920	2.026
Maio	2.492	2.789	2.068	2.533
Junho	3.766	3.003	2.583	2.236
Total	16.004	15.919	13.841	14.566

1.3 Comparativo de entradas por Órgão Julgador

No comparativo, por Órgão Julgador, separado por matéria, observa-se que do 1º semestre de 2008 para 1º semestre de 2009, houve redução de 158 processos do Órgão Especial, na matéria criminal e de 1 feito da 1ª Seção.

Em contrapartida, houve o incremento de 1.303 feitos da 2ª Turma, bem como 202 processos da Vice-presidência. É de se notar que o predito Órgão Julgador não constou

no quadro comparativo de 2008. Outrossim, houve um aumento de 287 processos da 5ª Turma.

Além disso, as Exceções de Suspeição são responsáveis pela queda da quantidade de processos do Órgão Especial, de 2008 para 2009.

Na matéria criminal, totalizaram-se, no 1º semestre de 2008, 11.502 processos. Já no 1º semestre de 2009, totalizaram-se 13.271 feitos. Logo, nota-se o aumento de 1.769 processos criminais – 15,38% – no período em questão. Vide tabelas abaixo.

Matéria criminal: 2008

2008	Jan		Fev		Mar		Abr		Mai		Jun		Total
Entrada/ Saída	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	
Órgão Especial	83	77	53	74	69	55	66	72	52	53	51	52	757
1ª Seção	39	33	65	68	33	39	59	60	56	47	50	52	601
1ª Turma	249	220	227	264	311	302	300	300	374	324	305	316	3.492
2ª Turma	288	220	223	251	284	243	380	306	315	401	325	344	3.580
5ª Turma	263	219	249	235	256	237	304	263	208	217	302	319	3.072
Total	922	769	817	892	953	876	1109	1001	1005	1042	1033	1083	11.502

Matéria criminal: 2009

2009	Jan		Fev		Mar		Abr		Mai		Jun		Total
Entrada/ Saída	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	
Órgão Especial	78	92	55	42	52	50	43	49	38	30	30	40	599
Vice-pres.	3	4	3	5	20	19	32	29	25	22	19	21	202
1ª Seção	45	40	63	66	52	60	43	42	55	51	41	42	600
1ª Turma	251	250	226	218	375	379	264	286	344	317	346	372	3.628
2ª Turma	313	261	359	396	431	383	532	429	413	515	397	454	4.883
5ª Turma	252	227	208	268	376	369	297	266	260	261	288	287	3.359
Total	942	874	914	995	1306	1260	1211	1101	1135	1196	1121	1216	13.271

A diferença entre as turmas criminais referem-se aos processos que envolvem o réu Ézio Rahal Melillo, distribuídos no TRF-3ª Região na 2ª Turma, mas na PRR para todos os procuradores regionais que atuam em matéria criminal.

Ressalte-se, inicialmente, que na matéria cível, do 1º semestre de 2008 para o 1º semestre 2009, todos os Órgãos Julgadores apresentaram decréscimos. Destacam-se: 1ª Seção, decréscimo de 414 processos; 1ª Turma, decréscimo de 1.074 processos; 2ª Turma, redução de 849 processos; 5ª Turma, redução de 789 feitos; 3ª Turma, redução de 401 feitos; 4ª Turma, redução de 3.198 processos; 6ª Turma, diminuição de 411 feitos; e por fim, a 7ª Turma apresentou a diminuição de 738 feitos.

Logo, observa-se no 1º semestre de 2009, acentuada redução na quantidade de processo cíveis encaminhados à PRR – 3ª Região. Vide tabelas subsequentes.

Matéria Cível: 2008

2008	Jan		Fev		Mar		Abr		Mai		Jun		Total
Entrada/ Saída	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	
Órgão Especial	21	17	25	35	24	24	16	8	20	22	16	14	242
1ª Seção	92	91	94	100	53	69	65	54	82	75	82	88	945
1ª Turma	154	162	87	192	156	155	417	289	264	323	247	249	2.695
2ª Turma	138	112	61	155	69	55	360	291	230	284	165	175	2.095
5ª Turma	162	145	156	253	114	120	356	276	162	210	285	298	2.537
2ª Seção	36	42	40	48	28	31	58	51	42	43	85	78	582
3ª Turma	581	582	447	759	444	728	1086	884	650	800	777	732	8.470
4ª Turma	861	855	528	884	362	561	1121	861	836	870	837	702	9.278
6ª Turma	472	515	255	327	381	573	972	582	480	646	591	545	6.339
3ª Seção	86	99	169	154	89	130	146	142	112	110	138	120	1.495
7ª Turma	263	237	345	543	474	396	378	457	285	364	775	401	4.918
8ª Turma	228	295	170	267	128	197	312	279	129	156	503	368	3.032
9ª Turma	256	219	361	408	315	344	305	329	234	248	383	319	3.721
10ª Turma	304	323	308	345	372	396	406	393	655	527	756	561	5.346
Total	3654	3694	3046	4470	3009	3779	5998	4896	4181	4678	5640	4650	51.695

Matéria Cível: 2009

2009	Jan		Fev		Mar		Abr		Mai		Jun		Total
Entrada/ Saída	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	
Órgão Especial	15	20	13	14	24	23	15	12	13	12	19	21	201

2009	Jan		Fev		Mar		Abr		Mai		Jun		Total
Entrada/ Saída	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	
Vice-pres.					1	1			1	1	1	1	6
1ª Seção	44	43	47	44	45	43	19	26	54	48	58	60	531
1ª Turma	119	137	163	162	183	185	92	105	115	127	123	110	1.621
2ª Turma	120	116	80	83	156	128	95	102	82	91	98	95	1.246
5ª Turma	171	156	108	135	158	199	108	103	121	145	153	191	1.748
2ª Seção	49	46	31	47	38	36	46	32	36	34	32	42	469
3ª Turma	674	740	595	577	950	859	397	534	581	657	753	752	8.069
4ª Turma	586	661	395	379	654	581	396	409	454	355	517	693	6.080
6ª Turma	300	493	395	412	620	535	306	333	469	635	368	1.062	5.928
3ª Seção	126	109	159	147	123	160	114	107	118	98	111	119	1.491
7ª Turma	237	222	384	368	491	547	231	323	360	411	366	240	4.180
8ª Turma	201	164	358	214	234	433	219	240	223	262	283	213	3.044
9ª Turma	337	295	307	333	259	305	251	258	255	261	335	336	3.532
10ª Turma	424	384	755	612	441	610	369	295	470	516	361	389	5.626
Total	3388	3566	3777	3513	4377	4645	2643	2867	3352	3653	3578	4.324	43.772

No que tange à matéria de Tutela Coletiva, no 1º semestre de 2008, foram enviados à PRR – 3ª Região 1.095 feitos. No mesmo período, este ano, totalizaram-se 1.233 feitos.

A Tutela Coletiva apresentou aumento de 12,6% no número de feitos remetidos pelo TRF – 3ª Região.

Matéria Tutela Coletiva: 2008

2008	Jan		Fev		Mar		Abr		Mai		Jun		Total
Entrada/ Saída	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	
Órgão Especial	5	4	2	2	4	4		1	5	2	2	4	35
1ª Seção	2	3	1	1	2	2	1	1			1	1	15
1ª Turma	3	1	3	2		2	4	4	1	2	2	1	25
2ª Turma	3	2	1	2	9	7	4	4	6	5	4	3	50
5ª Turma	3	1	1	4	7	10	10	8	7	3	7	2	63
2ª Seção	2	3			2	1	1	2	2		3	5	21
3ª Turma	18	20	15	21	13	12	45	38	23	24	29	34	292
4ª Turma	10	18	25	26	18	24	37	34	22	24	21	21	280

2008	Jan		Fev		Mar		Abr		Mai		Jun		Total
Entrada/ Saída	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	
6ª Turma	4	6	24	22	19	20	29	23	21	26	16	18	228
3ª Seção			2	2	2	2					3	2	13
7ª Turma			2	2	4	3	2	3	2	1	2	2	23
8ª Turma	1	1			3	3					2		10
9ª Turma	2	3	6	6	2	1	1	1	1	1		1	25
10ª Turma			1		1	2			3		3	5	15
Total	53	62	83	90	86	93	134	119	93	88	95	99	1.095

Matéria Tutela Coletiva: 2009

2009	Jan		Fev		Mar		Abr		Mai		Jun		Total
Entrada/ Saída	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	E	S	
Órgão Especial	5	5	4	6	5	5	6	5	4	2	12	13	72
Presid.			1		1	2	1		2	2	1	2	12
Vice-pres.									5	5			10
1ª Seção	2	2	1			1	1	1	4	4	2		18
1ª Turma	4	3	4	3	6	5	5	7	4	5	1	1	48
2ª Turma	2	1	3	4	4	2	2	1	1	2	2	3	27
5ª Turma	4	4	9	10	5	5	2	3	8	7	18	15	90
2ª Seção	1	2	1		5	2	1	5	2	1	1	2	23
3ª Turma	22	18	37	37	35	35	13	17	35	23	29	37	338
4ª Turma	16	18	18	12	26	21	12	21	31	26	32	35	268
6ª Turma	16	21	29	23	28	32	30	24	17	24	18	17	279
3ª Seção					1	1	1	1	1				5
7ª Turma	5	4	1	2	2	1		2					17
9ª Turma	1	5				1	1	1			1		10
10ª Turma	3	3			1		1	2			3	3	16
Total	81	86	108	97	119	113	76	90	114	101	120	128	1233

1.4 Assuntos recorrentes

Os assuntos mais recorrentes, neste primeiro semestre, foram os temas relacionados ao direito previdenciário e ao direito tributário. Na área de previdenciário,

destacou-se o tema benefícios assistenciais, com 5.212 processos. Já na área de tributário, os assuntos que envolvem a Cofins.

Assuntos Recorrentes

Assunto	Total
BENEFÍCIO ASSISTENCIAL (ART. 203,V CF/88)	5.212
PENSÃO POR MORTE (ART. 74/9)	965
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	885
POUPANÇA - PLANOS ECONÔMICOS	789
CONTRIBUIÇÃO SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS	702
INCIDÊNCIA SOBRE LICENÇA-PRÊMIO/ABONO/INDENIZAÇÃO - IRPF	610
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ (ART.42/7)	576
RETENÇÃO NA FONTE - IRPJ	561
PIS - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	555
REGISTRO/EXERCÍCIO PROFISSIONAL - CONSELHOS REGIONAIS	465
IRPJ - IMPOSTOS	402
IPI - IMPOSTO	352
APOSENTADORIA TEMPO DE SERVIÇO (ART. 52/6) E/OU TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	326
RETENÇÃO NA FONTE – IRPF - IMPOSTOS	310
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	276

2. Estudo do tempo

Analisar-se-á, doravante, o estudo acerca do tempo de permanência dos feitos na PRR – 3ª Região, do tempo de decisão dos Habeas Corpus impetrados e dos processos remanescentes.

2.1 Tempo de permanência

É de se notar que 51% dos processos que entraram na PRR - 3ª Região foram devolvidos ao TRF-3ª Região em menos de 1 semana. Esse percentual representa 10.339 processos cíveis, 4.301 processos criminais e 298 processos da Tutela Coletiva.

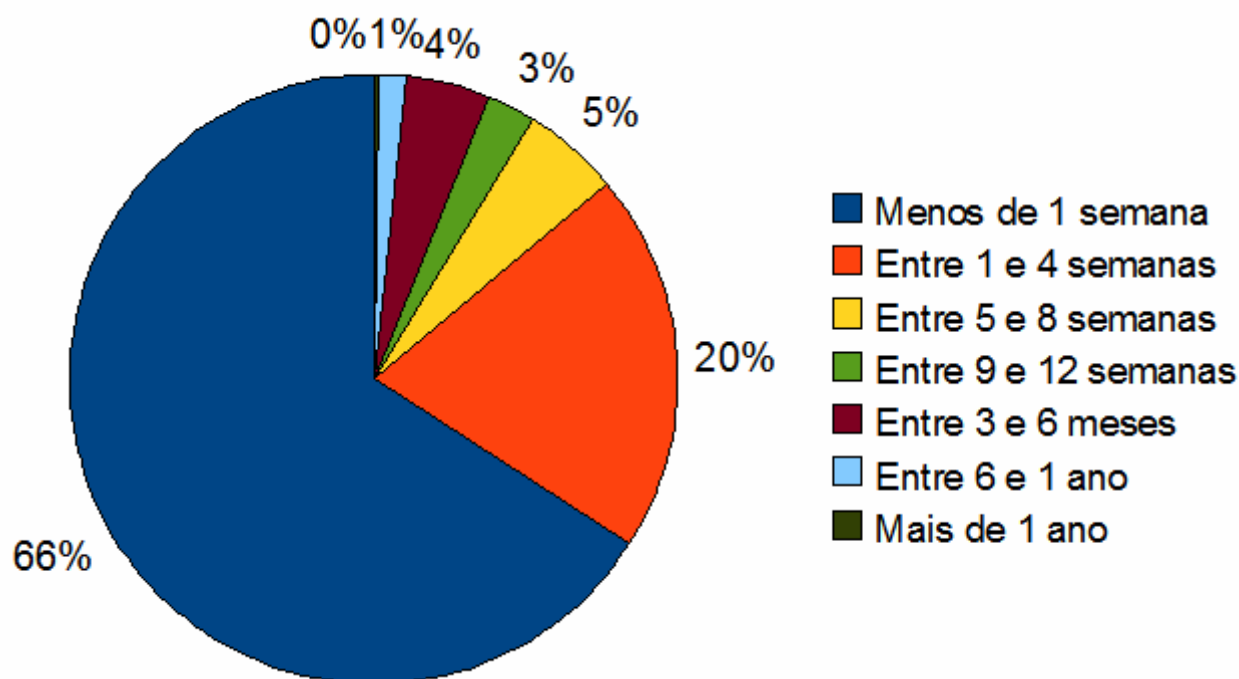
Consoante o princípio que vem esculpido no inciso LXXVIII, artigo 5ª da CF, os processos da área penal foram os que menos tempo permaneceram nesta Procuradoria. Em verdade, 66% dos processos criminais que deram entrada na Procuradoria, neste primeiro semestre, foram prontamente devolvidos ao TRF - 3ª Região em menos 7 dias.

Vale mencionar que quase 77% dos processos que adentraram as dependências da PRR-3ª Região retornaram ao TRF-3ª Região em até 4 semanas.

Tempo de Permanência por Matéria: quantitativo e percentual

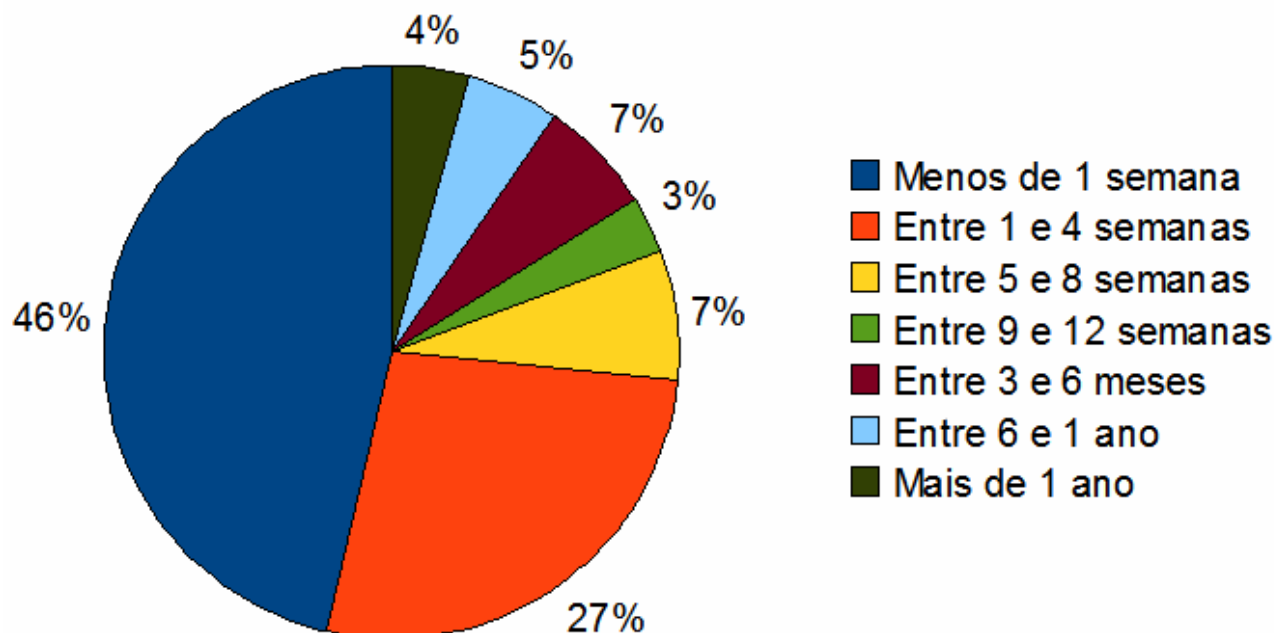
Faixa de Tempo	Civil		Criminal		Tutela Coletiva		Total	
Menos de 1 semana	10.339	46%	4.301	66%	298	49%	14.938	51%
Entre 1 e 4 semanas	6039	27%	1315	20%	236	39%	7590	26%
Entre 5 e 8 semanas	1.614	7%	336	5%	42	7%	1.992	7%
Entre 9 e 12 semanas	716	3%	168	3%	17	3%	901	3%
Entre 3 e 6 meses	1.458	7%	293	4%	7	1%	1.758	6%
Entre 6 e 1 ano	1164	5%	96	1%	2	0%	1262	4%
Mais de 1 ano	959	4%	14	0%	2	0%	975	3%
Total	22.289		6.523		604		29.416	

Tempo de Permanência: criminal



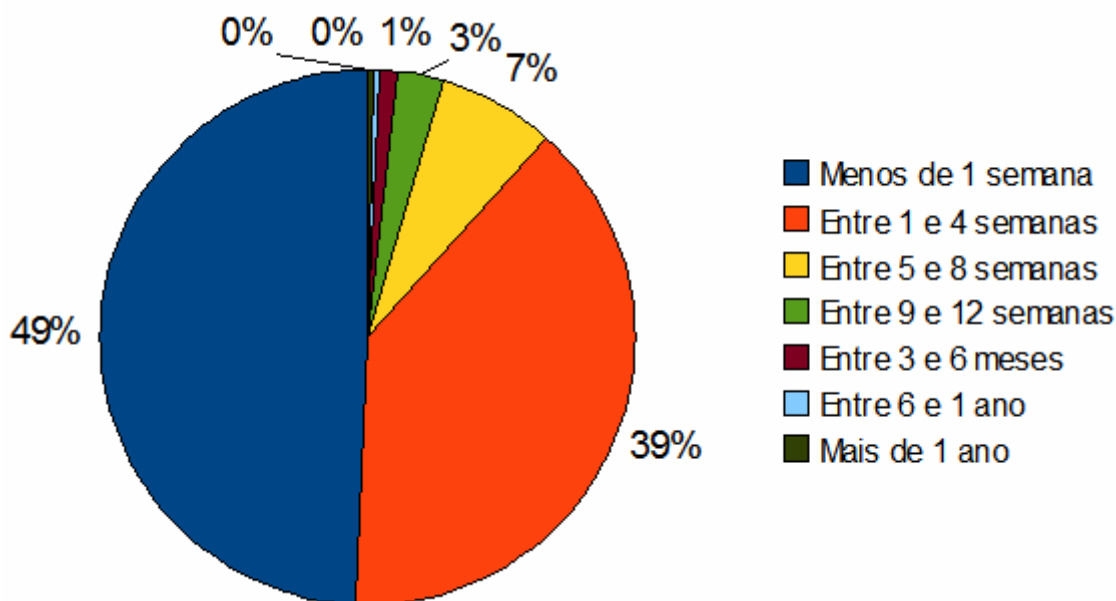
No tocante à área civil, 46% dos processos que entraram nesta procuradoria foram remetidos ao TRF - 3ª Região em até uma semana e apenas 4% permaneceram mais de 1 ano.

Tempo de Permanência: civil



A celeridade também esteve presente na matéria Tutela Coletiva, pois 49% dos feitos foram remetidos em menos de uma semana ao TRF – 3ª Região. Frise-se, ainda, que nenhum processo demorou mais que 6 meses para ser devolvido ao Tribunal

Tempo de Permanência: Tutela Coletiva



2.2 Habeas Corpus: tempo até a decisão

A contar da data da ciência, fez-se um estudo retrospectivo a fim de se verificar o lapso temporal entre a saída do processo com parecer do Ministério Público e o tempo para retorno da ciência da decisão.

Nesta análise, constatou-se que a maior parte das decisões foram dadas entre 3 e 6 meses da saída do processo com parecer ministerial.

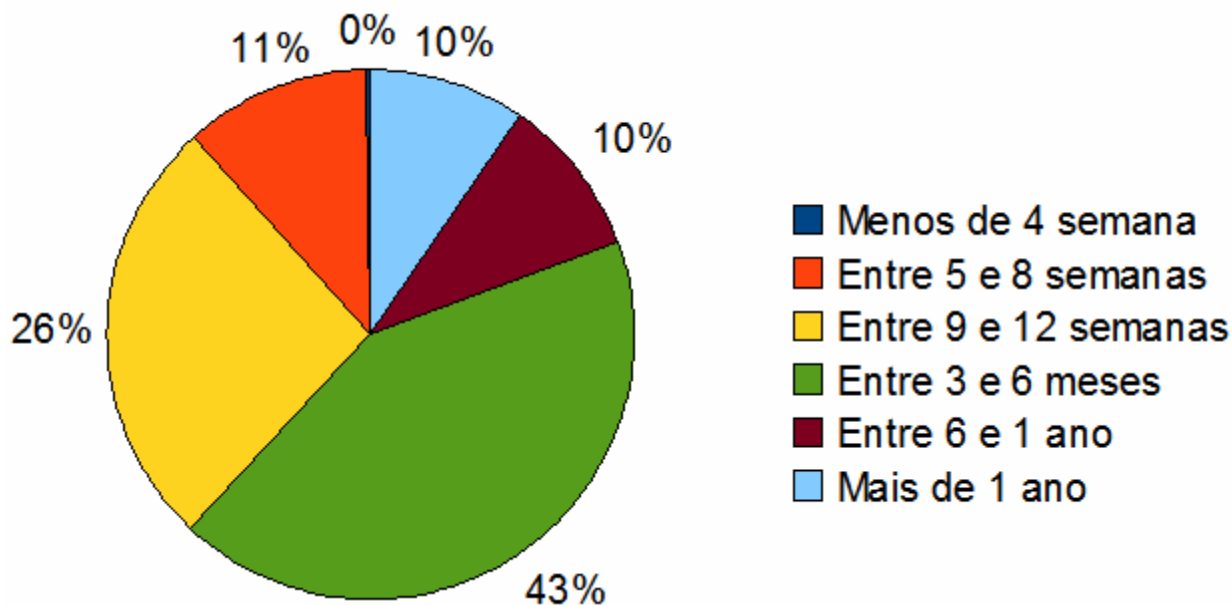
Os períodos de tempo, a seguir ilustrados detalhadamente, permitem verificar o tempo que o TRF-3ª Região leva para proferir as decisões em sede de Habeas Corpus e devolvê-las para ciência do Ministério Público.

Habeas Corpus: tempo até a decisão (em dias)

Tempo até a decisão	Total
Menos de 4 semana	2
Entre 5 e 8 semanas	83
Entre 9 e 12 semanas	194
Entre 3 e 6 meses	312

Entre 6 e 1 ano	72
Mais de 1 ano	70
Total	733

Tempo até a decisão: Habeas Corpus



A seguir, a quantidade de Habeas Corpus, subdivididos por réu preso e solto referentes ao 1º semestre de 2009.

Réu Preso x Réu Solto: quantidade

Tipo	Quantidade
Réu Solto	668
Réu Preso	258
Total	926

Segue na tabela a quantidade de Habeas Corpus, por operação da Polícia Federal, impetrados até 31 de junho deste ano. Destacam-se, em virtude da quantidade, as operações Cannã/ Overbox (266), Colibra (102), Lince (93) e Oeste (81).

HC em Operações da PF

Operação	Total	Operação	Total
AFRODITE	9	LINCE	93
ALFA	7	MAD MAX	3
ATALAIA	2	MANDRIN	6
ATHENA	1	MAR ABERTO	5
AVALANCHE	17	MONTE EDEN	1
BOLA DE FOGO	46	MURALHA	8
CANAÃ / OVERBOX	266	NARCISO	16
CAPITÃO JACK	1	OESTE	81
CARGA PESADA	8	PERSEU	4
CASO KROLL	9	PERSONA	14
CASTELO DE AREIA	8	PIRITA	6
CC-5 BANESTADO	5	PLATA	6
CEF	15	PROVIDENCIA	6
COLIBRA	102	RELUZ	7
CONEXÃO ALFA-JF / ARARAQUARA	28	REPIQUE	6
CONEXÃO ALFA – JF / SJ RIOPRETO	29	SANTA TEREZA	12
DIAMANTE NEGRO	21	SÃO FRANCISCO	6
DOWTOWN	8	SATIAGHAHA	18
DUAS CARAS	1	SOFIA	21
ESCUDO	15	TAMARA - 2 TURMA	1
FARRAPOS	15	TAMARA - 5 TURMA	20
GALO CAPOTE	3	TIGRE	23
GLADIO	7	VEREDAS	23
GRANADA	8	VULCANO	2
GRANDES LAGOS	54	X	4
GUARANI	8	1203	2
IMPERADOR	1	14 BIS	29
IMPERIO	8	24 DE JANEIRO	4
KASPAR	36	334	11
		TOTAL	1.176

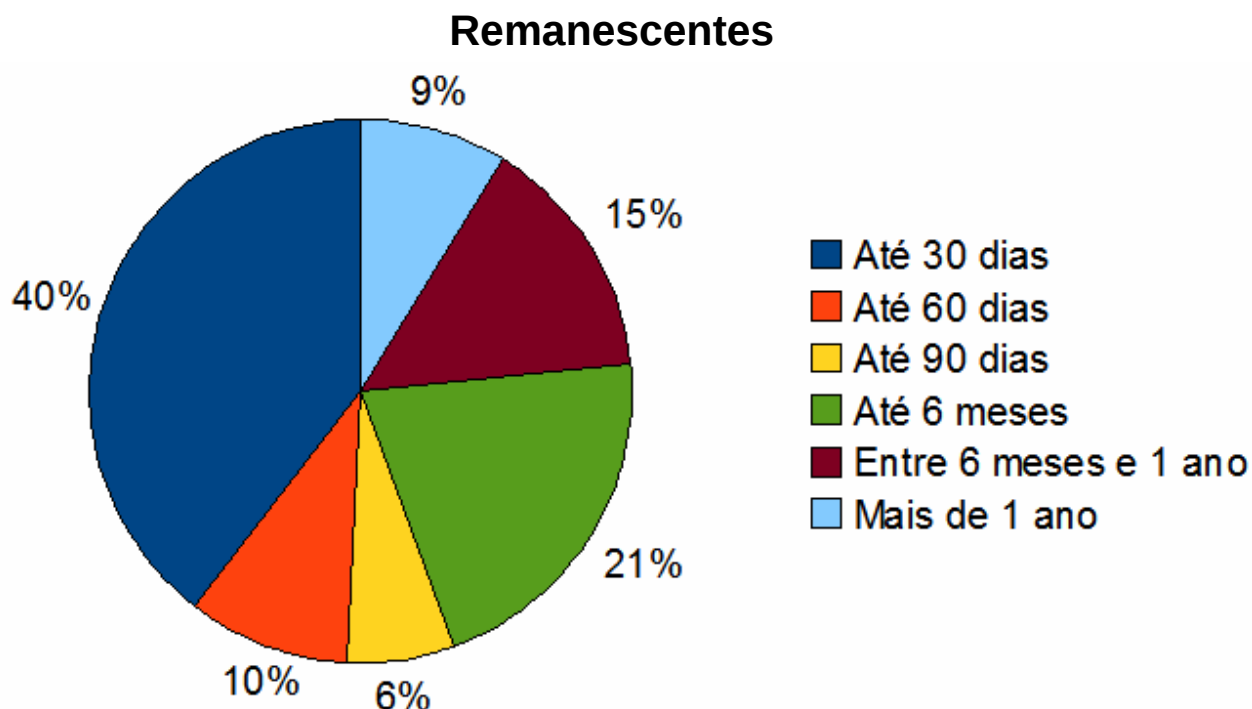
2.3 Remanescentes em 30 de junho

Em 30 de junho de 2009, 4.167 processos encontravam-se nas dependências da PRR - 3ª Região. Desse total, 40%, isto é, 1.647 processos deram entrada até 30 dias. Da totalização, os remanescentes até 6 meses à espera de manifestação representavam 21% (877 processos). Já os feitos que estavam entre seis meses e um ano à espera de manifestação representavam 15% (1.074 processos) dos remanescentes.

A seguir, tabela e gráfico ilustram os números acima apresentados.

Remanescentes em 30-jun-2009

Faixa de tempo	Quantidade
Até 30 dias	1.647
Até 60 dias	402
Até 90 dias	267
Até 6 meses	877
Entre 6 meses e 1 ano	610
Mais de 1 ano	364
Total	4.167



Constata-se que a matéria cível é responsável por 3.634 processos remanescentes. Já a matéria criminal detém 493 processos a espera de manifestação e a matéria Tutela Coletiva é responsável por 40 feitos.

Remanescentes por Matéria

Matéria	Total
TUTELA COLETIVA	40
CIVEL	3.634
CRIMINAL	493
TOTAL	4.167

2.4 Remanescentes por Órgão Julgador

Quanto aos remanescentes por Órgão Julgador, nota-se que 19% são processos que tramitam entre os Procuradores que atuam na 6ª Turma, ou seja, 809 processos. Ademais, 15% são processos que tramitam entre os Procuradores que atuam na 7ª Turma (637 feitos); outros, 15%, referem-se aos processos da 10ª Turma que, mais precisamente, representam 637 feitos, todos oriundos do TRF-3ª Região.

Vale ressaltar que os processos remanescentes oriundos das 6ª, 7ª e 10ª Turma do TRF 3ª Região representam 2.067 feitos a espera de manifestação na PRR – 3ª Região. Os processos dessas Turmas representam 49% dos feitos *in locu*.

A matéria cível é responsável por 87% processos (3.634); a matéria criminal, 12% (493); e, a matéria Tutela Coletiva, 1% (40). Vide tabela seguinte.

Remanescentes por Órgão Julgador

Órgão Julgador	Cível	Criminal	Tutela Coletiva	Total
Órgão Especial	4	34	2	40
Vice – presidência	-	5	-	5
1ª Seção	7	17	2	26
1ª Turma	32	93	-	125
2ª Turma	37	188	2	227
5ª Turma	40	156	7	203
2ª Seção	59	-	-	59
3ª Turma	417	-	9	426
4ª Turma	377	-	8	385
6ª Turma	802	-	7	809
3ª Seção	152	-	1	153
7ª Turma	637	-	-	637
8ª Turma	237	-	-	237
9ª Turma	213	-	1	214
10ª Turma	620	-	1	621
Total	3.634	493	40	4.167

2.5 Remanescentes por Gabinete

Apresenta-se na tabela seguinte os processos remanescentes por Gabinete, separados por processo novo e retorno.

Remanescentes por Procurador

Procurador	Novo	Retorno	Total
ADEMAR VIANA FILHO	552	78	630
ADRIANA DE FARIAS PEREIRA	237	34	271
ALCIDES TELLES JUNIOR	140	9	149
ALICE KANAAN	39	14	53
ANA LUCIA AMARAL	50	14	64
ANDRE DE CARVALHO RAMOS	18	8	26
CARLOS FERNANDO DOS SANTOS LIMA	52	19	71
DARCY SANTANA VITO BELLO	77	0	77
DENISE NEVES ABADE	27	0	27
ELIZABETH KABLUKOW BONORA PEINADO	132	2	134
FATIMA AP. DE SOUZA BORCHI	32	3	35
FLAVIO PAIXAO DE MOURA JUNIOR	5	0	5
GEISA DE ASSIS RODRIGUES	4	2	6
ISABEL CRISTINA GROBA VIEIRA	22	13	35
JANICE AGOSTINHO B. ASCARI	83	44	127
JOSE LEONIDAS BELLEM DE LIMA	107	14	121
JOSE PEDRO G. TAQUES	0	1	1
JOSE RICARDO MEIRELLES	5	0	5
JOVENILHA GOMES DO NASCIMENTO	54	25	79
JUVENAL CESAR MARQUES	47	0	47
LUIZA CRISTINA FRISCHEISEN	17	6	23

Procurador	Novo	Retorno	Total
MARCELA MORAES PEIXOTO	33	2	35
MARCELO ANTONIO MOSCOGLIATO	40	15	55
MARCIO DOMENE CABRINI	0	3	3
MARIA CRISTIANA SIMOES AMORIM	34	4	38
MARIA EMILIA MORAES DE ARAUJO	31	4	35
MARIA IRANEIDE O. S. FACCHINI	6	9	15
MARIA LUISA R. DE LIMA CARVALHO	35	21	56
MARIA LUIZA GRABNER	47	5	52
MARIA SILVIA DE M. LUEDEMANN	121	13	134
MARIO LUIZ BONSAGLIA	29	3	32
MARLON ALBERTO WEICHERT	12	0	12
MONICA NICIDA GARCIA	7	1	8
OSMAR JOSE DA SILVA	103	44	147
OSORIO SILVA BARBOSA SOBRINHO	35	39	74
PAULA BAJER F. M. DA COSTA	26	2	28
PAULO EDUARDO BUENO	343	48	391
PAULO THADEU G. DA SILVA	4	1	5
PEDRO BARBOSA PEREIRA NETO	40	15	55
RITA DE FATIMA DA FONSECA	19	3	22
ROBERIO NUNES DOS ANJOS FILHO	8	1	9
SANDRA AKEMI SHIMADA KISHI	52	4	56
SERGIO FERNANDO DAS NEVES	151	14	165
SERGIO LAURIA FERREIRA	106	7	113
SERGIO MONTEIRO MEDEIROS	54	5	59
SYNVAL TOZZINI	522	18	540
WALTER CLAUDIUS ROTHENBURG	30	12	42
TOTAL	3.588	579	4.167

3. Análise quantitativa

3.1 Pareceres por classe

No que tange à análise qualitativa, é de se notar que a PRR – 3ª Região encerrou o 1º semestre de 2009 com 13.340 pareceres exarados.

Na área Cível, foram proferidos 11.031 pareceres, destacando-se 3.992 pareceres exarados em Apelações em Mandado de Segurança, 4.298 Apelações Cíveis, além de 1.007 manifestações em Mandados de Segurança/ Remessa Ex-Ofício. Ressalte-se, ademais, que o somatório dessas classes processuais representa 84% das atividades relacionadas à matéria cível.

Já em sede de Tutela Coletiva, verificaram-se no semestre 147 pareceres, sendo 50 elaborados em Apelações Cíveis e 60 em Agravos de Instrumento.

Por fim, na matéria criminal, foram 2.162 pareceres no total; 1.159 pareceres nas Apelações Criminais, 669 em Habeas Corpus e 170 pareceres nos Recursos em Sentido Estrito.

Na tabela subsequente, verificam-se as quantidades de pareceres por classe processual, separadas pelas matérias Cível, Criminal e Tutela Coletiva.

Pareceres por Classe Processual

Classe	Cível	Criminal	Tutela Coletiva	Total
ACAO CIVIL PUBLICA			5	5
ACAO PENAL		2		2
ACAO RESCISORIA	325			325
AGRAVO DE INSTRUMENTO	696		60	756
AGRAVO DE INSTRUMENTO EM REC ESPECIAL	2	1		3
AGRAVO DE INSTRUMENTO REC EXTR CRIMINAL	1	3		4
AGRAVO DE INSTRUMENTO REC		1		1

Pareceres por Classe Processual

Classe	Cível	Criminal	Tutela Coletiva	Total
EXTRAORDINARIO				
AGRAVO EM EXECUCAO PENAL		16		16
AGRAVO INSTRUM. EM RECUR ESPEC CRIMINAL	1	17		18
APELACAO CIVEL	4298		50	4.348
APELACAO CRIMINAL		1.159		1.159
APELACAO EM HABEAS DATA	5			5
APELACAO EM MS	3.992	1	2	3.995
APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO	442	1	8	451
CAUTELAR INONIMADA	8	1	2	11
CONFLITO DE COMPETENCIA	112	43	3	158
EMBARGOS INFRINGENTS EM ACR		2		2
EXCECAO DE IMPEDIMENTO	2			2
EXCECAO DE SUSPEICAO	3		1	4
EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO CRIMINAL		5		5
HABEAS CORPUS	11	669		680
IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA LITI.	1			1
IMPUGNACAO AO VALOR DA CAUSA	3			3
INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUD.		1		1
INQUERITO		7		7
MANDADO DE SEGURANCA	24	33	1	58
MEDIDA CAUTELAR	3			3
MEDIDA CAUTELAR INOMINADA	5			5
PETICAO	1	1		2
RECLAMACAO	1			1
RECURSO CRIMINAL				
RECURSO CRIMINAL EX-OFFICIO		2		2
RECURSO DE HABEAS-CORPUS EX-OFFICIO		16		16
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO		170		170
RECURSO ORDINARIO	2			2

Pareceres por Classe Processual

Classe	Cível	Criminal	Tutela Coletiva	Total
REEXAME NECESSÁRIO CRIMINAL		6		6
REMESSA EX-OFFICIO EM AC	74		8	82
REMESSA EX-OFFICIO EM HABEAS-DATA	2			2
REMESSA EX-OFFICIO EM MS	1.007			1.007
REPRESENTAÇÃO CRIMINAL	1	2		3
RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS		3		3
REVISAO CRIMINAL		11		11
SUSP. DE LIMINAR D ANTECIPAÇÃO DE TUTELA	4		2	6
SUSPENSÃO DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA	1			1
SUSPENSAO DE SEGURANCA	1		1	2
2720SL-SP	2		4	6
TOTAL	11.031	2.162	147	13.340

3.2 Manifestações por matéria

Passa-se a seguir à análise quantitativa das manifestações da PRR - 3ª Região no 1º semestre do presente ano.

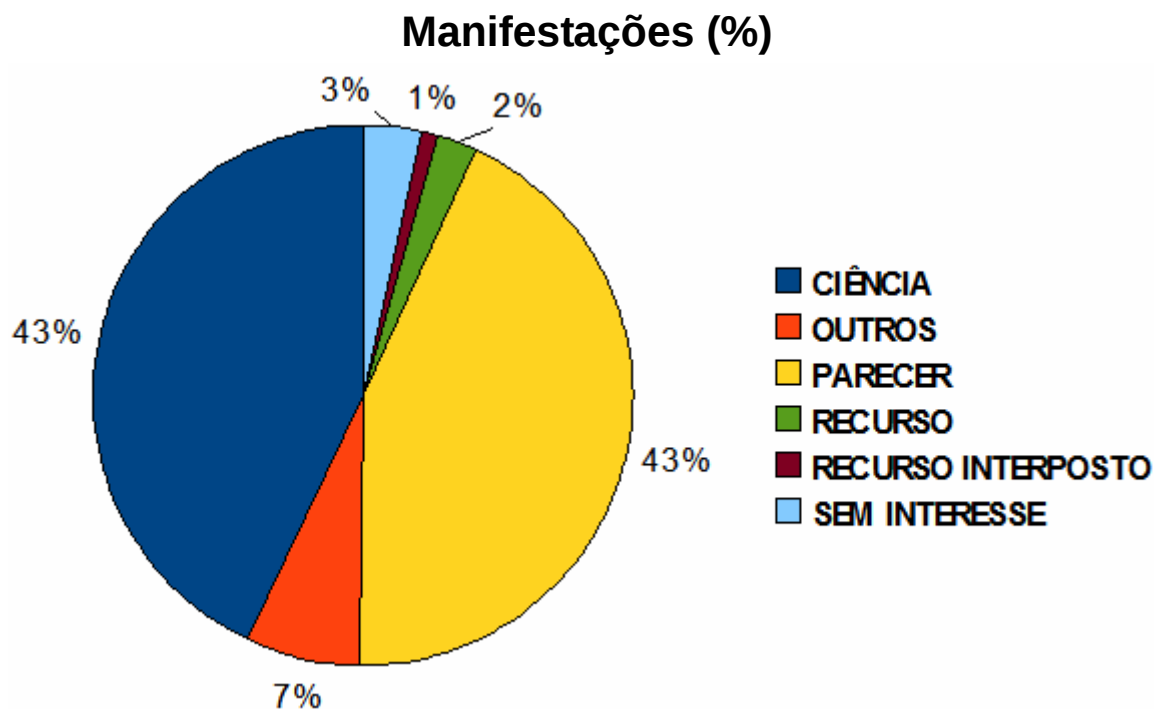
Constata-se, de plano, que o número de ciências e pareceres mantiveram-se equilibrados, cada qual com 43%, do total das manifestações exaradas pela PRR - 3ª Região.

Em números absolutos, percebemos que a maior parte das ciências e pareceres ocorreram na matéria cível, foram 9.842 ciências e 11.031 pareceres.

Destacam-se, outrossim, as ciências e os pareceres na área criminal, 3.134 e 2.162, respectivamente.

Quanto aos recursos interpostos, a grande maioria, em números absolutos, foi pela matéria criminal, 152 no total. Esse número é superior à quantidade de recursos interpostos no ano passado, ou seja, 115.

O gráfico e tabelas abaixo exibem detalhadamente as informações acima mencionadas.



Manifestações por matéria (resumido)

Manifestação	Civil		Criminal		Tutela Coletiva		Total	
CIENCIA	9.842	42%	3.134	45%	261	38%	13.237	43%
OUTROS	1.042	4%	941	14%	117	17%	2.100	7%
PARECER	11.031	48%	2.162	31%	147	22%	13.340	43%
RECURSO	75	0%	541	8%	133	19%	749	2%
RECURSO INTERPOSTO	129	1%	152	2%	25	4%	306	1%
SEM INTERESSE	1.064	5%	10	0%	0	0%	1.074	3%
Total	23.183		6.940		683		30.806	

Manifestação por matéria (Ciência)

Tipo de Ciência	Cível	Criminal	Tutela Coletiva	Total
CIÊNCIA DE ACÓRDÃO FAVORÁVEL AO MPF	5.058	1.573	68	6.699
CIÊNCIA DE ACÓRDÃO PARC. FAV. AO MPF	702	230	1	933

Manifestação por matéria (Ciência)

Tipo de Ciência	Cível	Criminal	Tutela Coletiva	Total
CIÊNCIA DE ACÓRDÃO DESFAVORÁVEL AO MPF	1.166	242	22	1.430
CIÊNCIA DE ACÓRDÃO S/INTERESSE PÚBLICO	741	7	1	749
CIÊNCIA DE DESPACHO/DECISÃO	2.175	1.082	169	3.426
TOTAL	9.842	3.134	261	13.237

Manifestação por matéria (Parecer)

Tipo de Parecer	Cível	Criminal	Tutela Coletiva	Total
PARECER	10.506	2.161	147	12.814
PARECER-PADRÃO	549		2	551
TOTAL	11.055	2.161	149	13.365

Manifestação por matéria (Recurso)

Tipo de Recurso	Cível	Criminal	Tutela Coletiva	Total
AGRAVO DE INSTRUMENTO	14		5	19
CONTRAMINUTA	2	17	24	43
CONTRAMINUTA DO AGRAVADO	2	32	47	81
CONTRA-RAZOES		25	9	34
CONTRA-RAZÕES	1	7		8
CONTRA-RAZOES A APELACAO CRIMINAL		15		15
CONTRA-RAZOES AO RECURSO ESPECIAL	3	180	15	198
CONTRA-RAZOES AO RECURSO EXTRAORDINARIO	1	57	6	64
CONTRA-RAZOES AO RECURSO ORDINARIO		116	1	117

Manifestação por matéria (Recurso)

Tipo de Recurso	Cível	Criminal	Tutela Coletiva	Total
CONTRA-RAZOES AOS EMBARGOS INFRINGENTES		5		5
CONTRA-RAZOES DE APELACAO CIVEL			1	1
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	49	28	7	84
RAZOES DE RECURSO	1			1
RECURSO	6	2		8
RESPOSTA AO AGRAVO DE INSTRUM EM RESP		40	4	44
RESPOSTA AO AGRAVO DE INSTRUM EM REXT		15	3	18
RESPOSTA AO AGRAVO DE INSTRUMENTO			11	11
TOTAL	75	541	133	749

Manifestação por matéria (Recurso interposto)

Tipo de Recurso Interposto	Cível	Criminal	Tutela Coletiva	Total
INTERPOSIÇÃO DE AG DE INADMISSIBILIDADE DE RESP		15	2	17
INTERPOSIÇÃO DE AG DE INADMISSIBILIDADE DE REXT		9		9
INTERPOSICAO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO		3		3
INTERPOSICAO DE AGRAVO REGIMENTAL	54	15	6	75
INTERPOSICAO DE EMBARGOS DE DECLARACAO	31	51	1	83
INTERPOSICAO DE EMBARGOS INFRINGENTES	1		1	2
INTERPOSICAO DE RECURSO ESPECIAL	24	49	10	83
INTERPOSICAO DE RECURSO EXTRAORDINARIO	19	10	2	31
RECURSO ESPECIAL ADESIVO			1	1
RECURSO ORDINARIO			1	1

Manifestação por matéria (Recurso interposto)

Tipo de Recurso Interposto	Cível	Criminal	Tutela Coletiva	Total
RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL			1	1
TOTAL	129	152	25	306

Manifestação por matéria (Outros)

OUTROS	Cível	Criminal	Tutela Coletiva	Total
ARQUIVAMENTO		3	4	7
COTA	567	635	49	1.251
DILIGÊNCIAS	69	14	4	87
INCOMPETÊNCIA	1			1
MANIFESTAÇÃO	288	183	28	499
NOTA INTERNA	1			1
NOTA INTERNA DE REDISTRIBUIÇÃO	27	6		33
OUTROS	78	98	20	196
PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO	1		8	9
PERDA DO OBJETO	10	2	4	16
TOTAL	1.042	941	117	2.100

Manifestação por matéria (Sem interesse)

Tipo de Documento	Cível	Criminal	Tutela Coletiva	Total
AGRAVO DE INSTRUMENTO	15			15
CIÊNCIA DE ACÓRDÃO S/INTERESSE PÚBLICO	10			10
COTA	57	9		66
MANIFESTAÇÃO	30			30

Manifestação por matéria (Sem interesse)

Tipo de Documento	Cível	Criminal	Tutela Coletiva	Total
OUTROS	2			2
PARECER	525	1		526
PARECER-PADRÃO	425			425
TOTAL	1.064	10	-	1.074

Como mencionado nos Boletins anteriores, na área Cível, a anotação de “Sem Interesse”, pode significar “Sem interesse em Recorrer”, como também, sem interesse, porque não houve manifestação anterior do Ministério Público, por não haver interesse público. Na área Criminal, a anotação de “Sem Interesse” significa “Sem Interesse em Recorrer”.

3.3 Prescrição

Anotaram-se no 1º semestre de 2009, 14 ciências de decisões do TRF-3ª Região em que se verificou a prescrição. Segundo constatado no “PRR-3 em números”, em todo o ano de 2008, houve quatro ciências de acórdãos nas quais se declarou a prescrição, visto que somente a partir de abril de 2008 essas anotações passaram a integrar nossa base de dados.

Outrossim, houve 38 pareceres, 5 cotas, 5 manifestações que tratam dessa modalidade de extinção da punibilidade.

Prescrição por Tipo de Manifestação

Tipo de Manifestação	Total
CIÊNCIA DE DESPACHO/DECISÃO	14
COTA	5
MANIFESTAÇÃO	5
PARECER	38
TOTAL	62

Ressalte-se que o delito mais recorrente quanto à prescrição foi apropriação indébita previdenciária (27), seguido de estelionato qualificado (10) e de crimes contra ordem tributária (8).

Prescrição por Assunto

Assunto	Total
APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA (ART. 168-A E LEI 8.212/91)	27
CIRCULAÇÃO DE MOEDA FALSA (ART. 289, ° 1º) - MOEDA FALSA (ART. 289)	1
COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO (ART. 344)	1
CONTRABANDO OU DESCAMINHO (ART. 334)	4
CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE (LEI 9.605/98)	1
CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ART. 1º AO 3º DA LEI 8.137/90 E ART. 1º DA LEI 4.729/65)	8
CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (LEI 7.492/86)	3
ESTELIONATO QUALIFICADO (ART. 171, ° 3º) - ESTELIONATO (ART. 171)	10
FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO (ART. 297 E LEI 8.212/91)	1
FRUSTRAÇÃO DE DIREITOS ASSEGURADOS POR LEI TRABALHISTA (ART. 203) - CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO - PENAL	1
MOEDA FALSA (ART. 289)	1
PATROCÍNIO INFIEL (ART. 355, CAPUT)	1
PECULATO (ART. 312, CAPUT E 1º)	1
USO DE DOCUMENTO FALSO (ART. 304)	2
TOTAL	62

3.4 Recursos Especial e Extraordinário

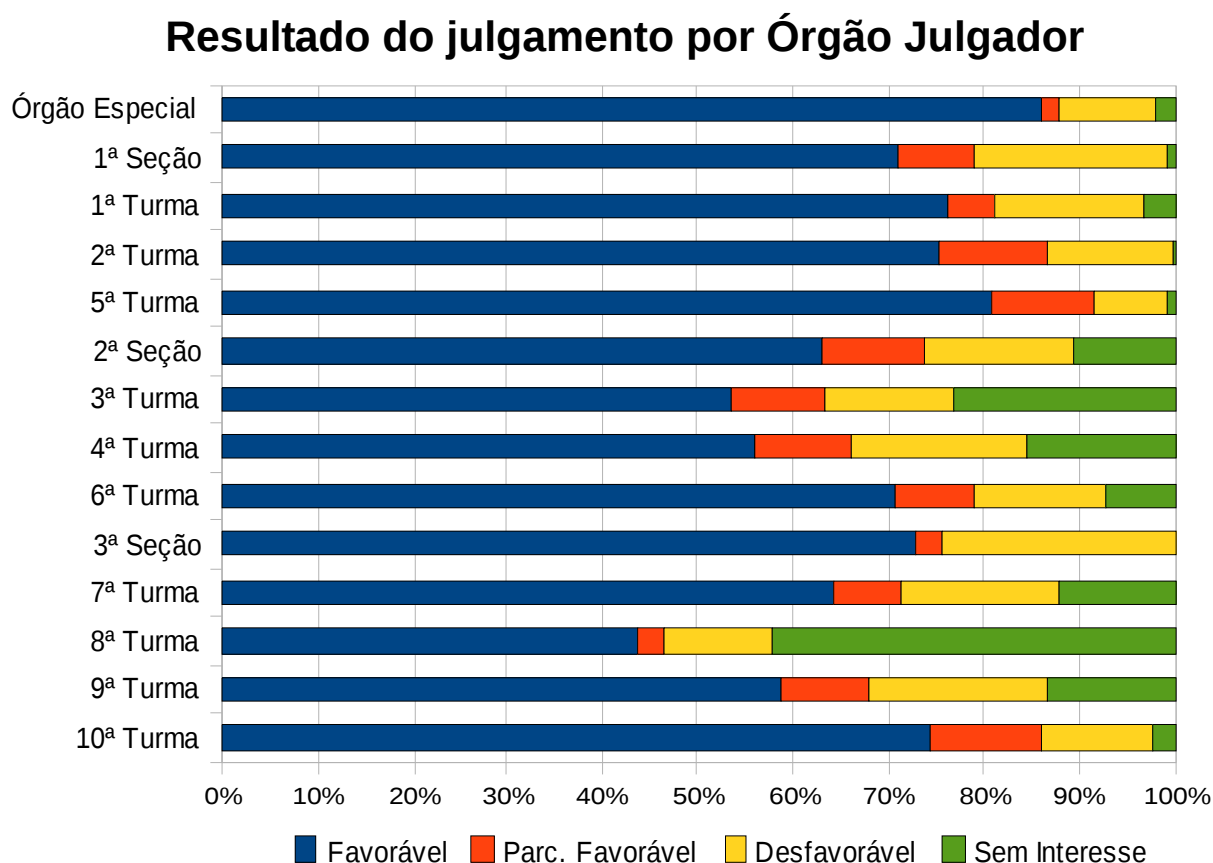
No que alude às decisões desfavoráveis ao posicionamento ministerial, interuseram-se, no 1º semestre, 38 Recursos Especiais, 3 Recursos Extraordinários e ambos os Recursos mencionados foram interpostos 7 concomitantemente; de decisões parcialmente desfavoráveis, 5 Recursos Especiais foram interpostos.

Recursos Especial e Extraordinário (quantidade)

Acórdão	Especial	Extraordinário	Ambos
Desfavorável	38	3	7
Parcialmente favorável	5	0	0
Total	43	3	7

4. Análise qualitativa

4.1 Resultado do julgamento de acordo com o Órgão Julgador



Passe-se adiante à análise do desempenho qualitativo da atuação Procuradoria Regional da República da 3ª Região perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, de acordo com seu Órgão Julgador.

Resultado do julgamento por Órgão Julgador

Órgão Julgador	Fav.	Parc. Fav.	Desfav.	Sem Interesse
Órgão Especial	43 86%	1 2%	5 10%	1 2%
1ª Seção	91 71%	10 8%	26 20%	1 1%
1ª Turma	656 76%	42 5%	134 16%	27 3%

Órgão Julgador	Fav.	Parc. Fav.	Desfav.	Sem Interesse
2ª Turma	826 75%	124 11%	143 13%	2 0%
5ª Turma	732 81%	97 11%	70 8%	8 1%
2ª Seção	24 63%	4 11%	6 16%	4 11%
3ª Turma	942 53%	178 10%	236 13%	408 23%
4ª Turma	782 56%	141 10%	257 18%	217 16%
6ª Turma	678 71%	80 8%	132 14%	69 7%
3ª Seção	126 73%	5 3%	42 24%	- -
7ª Turma	270 64%	29 7%	70 17%	51 12%
8ª Turma	187 44%	12 3%	48 11%	181 42%
9ª Turma	323 59%	50 9%	103 19%	73 13%
10ª Turma	1.018 74%	160 12%	158 12%	32 2%
Total	6.698 66%	933 9%	1.430 14%	1.074 11%

Destacaram-se as atuações da PRR/ 3ª Região perante o Núcleo do Órgão Especial, com 86% decisões favoráveis, bem como a 5ª Turma, com 81% de decisões julgadas consoante o entendimento do Ministério Público Federal.

Vale consignar que o Núcleo do Órgão Especial obteve apenas 10% de decisões desfavoráveis, ao passo que a 5ª Turma, outrossim, obteve números relativamente baixos, comparados à média geral de decisões desfavoráveis, isto é, 8%.

Em números absolutos, a 10ª Turma foi o Órgão que mais julgou decisões favoráveis ao Ministério Público Federal. Tratam-se de 1.018 decisões, ou seja, 74% das decisões prolatadas pela Turma no 1º semestre.

Apesar de não constar do gráfico e tabela, houve uma decisão proferida pela Presidência. Anote-se que essa decisão foi favorável ao posicionamento ministerial.

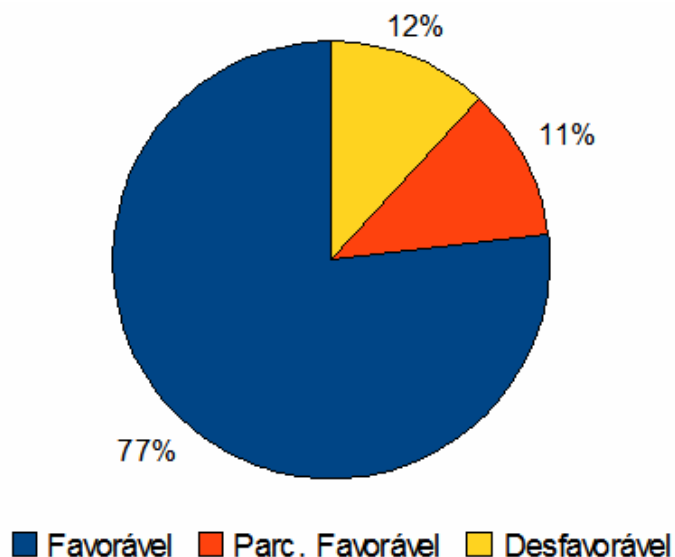
Percentualmente, a maior parte das decisões desfavoráveis concentraram-se na 3ª e 1ª Seções, cada qual, respectivamente, com 24% e 20%.

A média geral da atuação qualitativa da PRR/ 3ª Região no 1º semestre de 2009, fixou-se em 66% de decisões favoráveis, 9% de decisões parcialmente favoráveis e 14% decisões contrárias ao entendimento ministerial.

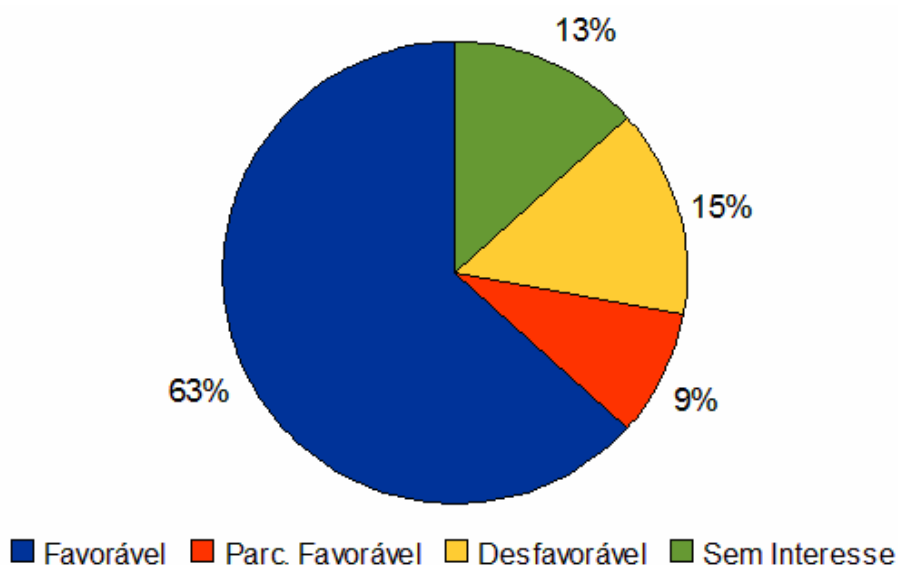
4.2 Resultado do julgamento de acordo com a matéria

A título de ilustração, apresentam-se gráficos que discriminam por matéria, percentualmente, as decisões proferidas pelo TRF – 3ª Região

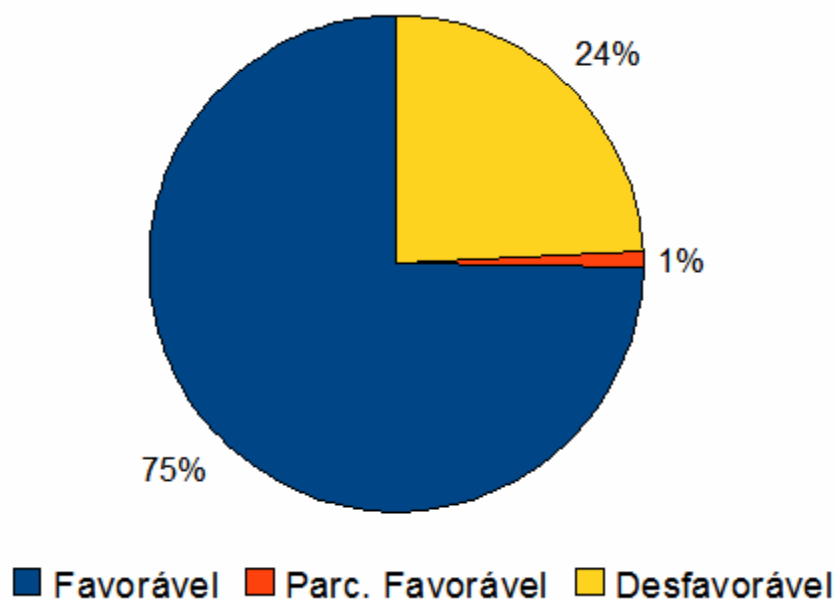
Resultado do julgamento: criminal (%)



Resultado do julgamento: civil (%)

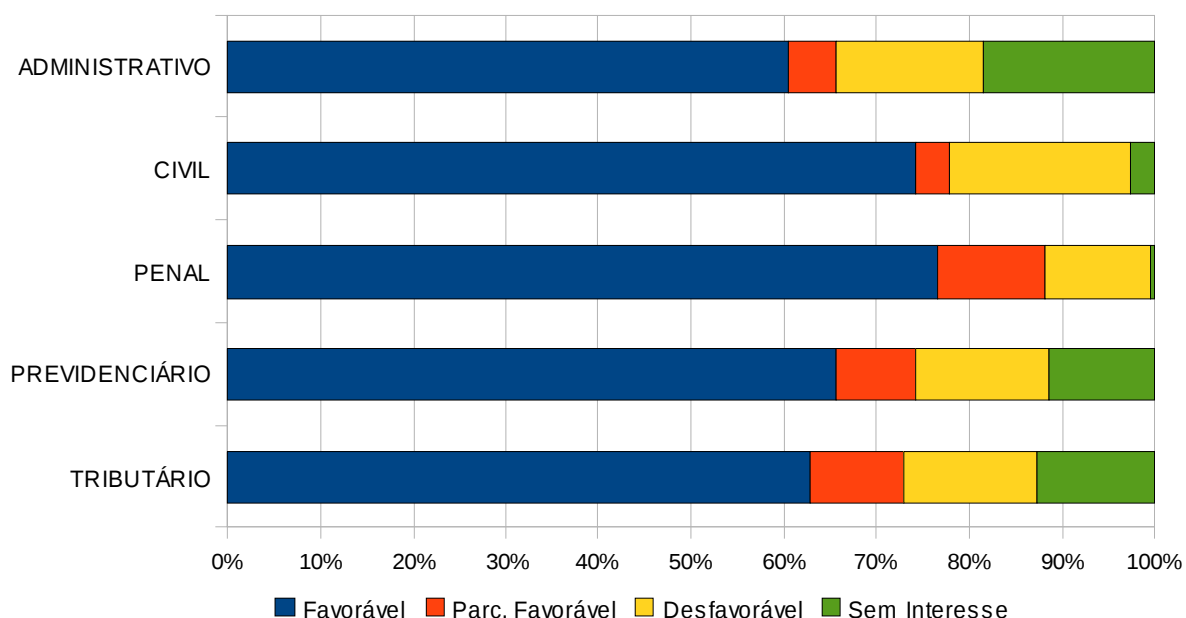


Resultado do julgamento: Tutela Coletiva (%)



4.3 Resultado do julgamento de acordo com o assunto

Passa-se doravante a análise das decisões do TRF-3ª Região, no 1º semestre de 2009, em confronto com a atuação desta Procuradoria, considerando os diversos assuntos em que Ministério Público Federal figura como interessado: Administrativo, Civil, Penal, Tributário, Previdenciário.



Assunto	Fav.	Parc. Fav.	Desf.	Sem Interesse
ADMINISTRATIVO	970 60%	83 5%	259 16%	295 18%
CIVIL	84 74%	4 4%	22 19%	3 3%
PENAL	1.534 77%	228 11%	228 11%	9 0%
PREVIDENCIÁRIO	1.937 66%	257 9%	429 14%	335 11%
TRIBUTÁRIO	2.157 63%	347 10%	489 14%	431 13%
TOTAL	6.698 66%	921 9%	1.430 14%	1.074 44%

Separa-se, a seguir, dentro do assuntos acima mencionados, aqueles que foram mais recorrentes no período considerado.

Antes de tudo, vale ressaltar que 66% das manifestações desta Procuradoria encontraram respaldo nas decisões do TRF - 3ª Região. Os números apontam que apenas 9% foram favoráveis em parte, e 14% das decisões do sobredito Tribunal rejeitaram totalmente as arguições ministeriais.

4.3.1 Penal

A tabela “Resultado do Julgamento – Penal” aponta que o delito mais julgado pelo TRF-3ª Região, no 1º semestre de 2009, foi Tráfico Internacional de Drogas, constante em 328 processos. Desse total, 76 % foram decididos consoante o postulado por este órgão ministerial, enquanto apenas 5% foram desfavoráveis.

Também foi expressiva a quantidade de processos (315), bem como de decisões favoráveis no tocante ao delito Estelionato Qualificado (81%).

Neste assunto, os bons resultados obtidos por esta Procuradoria foi uma tendência que refletiu sensivelmente por todas as decisões do TRF-3ª Região, já que 77% das decisões foram favoráveis, 11% foram parcialmente favoráveis e 11% foram desfavoráveis.

Resultado do julgamento: Penal

PENAL	Fav.	Parc. Fav.	Desf.	Total	% des	% fav
APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA (ART. 168-A)	222	42	35	299	12%	74%
CONTRABANDO OU DESCAMINHO (ART. 334)	125	11	32	168	19%	74%
CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA	73	5	19	97	20%	75%
ESTELIONATO QUALIFICADO (ART. 171, ° 3º)	256	42	17	315	5%	81%
TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS	249	64	15	328	5%	76%

4.3.2 Previdenciário

Na área previdenciária, destaca-se, entre as decisões favoráveis, o benefício assistencial previdenciário previsto no artigo 203, V da Constituição Federal, com 74% das 1.655 decisões proferidas no semestre.

As decisões desfavoráveis ocorreram, em maior incidência (29%), no assunto referente à auxílio-reclusão.

Resultado do julgamento: Previdenciário

PREVIDENCIÁRIO	Fav.	Parc. Fav.	Desf.	Total	% des	% fav
BENEFÍCIO ASSISTENCIAL (ART. 203,V CF/88)	1.225	167	263	1.655	16%	74%
PENSÃO POR MORTE (ART. 74/9)	202	26	36	264	14%	77%
BENEFÍCIOS EM ESPÉCIE / CONCESSÃO / CONVERSÃO / RESTABELECIMENTO	54	7	18	79	23%	68%
APOSENTADORIA TEMPO DE SERVIÇO (ART. 52/6) E/OU TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	87	4	17	108	16%	81%
AUXÍLIO-RECLUSÃO (ART. 80)	32	4	15	51	29%	63%

4.3.2 Tributário

No tocante ao assunto Tributário, a maior zona de divergência entre os pareceres exarados pela PRR-3ª Região e as decisões do TRF-3ª Região, verificou-se, especificamente, nas ações que envolveram o IPI, pois 28% das decisões do aludido

Tribunal divergiram da posição sustentada pelo MPF. Em números, 46 das 164 decisões no semestre não foram acolhidas.

Outra matéria em que a divergência entre manifestações e decisões foi significativa, relaciona-se ao PIS – Contribuição Social, visto que 25% das decisões foram contrárias ao postulado pelo MPF.

Menciona-se, por fim, que no total dos julgamentos do TRF – 3ª Região, neste assunto, 66% foram favoráveis ao MPF.

Resultado do julgamento: Tributário

TRIBUTÁRIO	Fav.	Parc. Fav.	Desf.	Total	% des	% fav
PIS - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	128	47	58	233	25%	55%
CONTRIBUIÇÃO SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIA	222	11	51	284	18%	78%
IPI	97	21	46	164	28%	59%
INCIDÊNCIA SOBRE LICENÇA-PRÊMIO/ABONO/INDENIZAÇÃO - IRPF	119	52	39	210	19%	57%
FINSOCIAL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	81	29	32	142	23%	57%

4.3.3 Administrativo

A tabela demonstra que o tema mais debatido, nesta área, foi Registro/ Exercício Profissional - Conselhos Regionais e Afins, constante em 212 processos. Nota-se que, destes julgados, 74% foram decididos consoante o postulado por este órgão ministerial, ao passo que 18% das decisões foram desfavoráveis.

Quanto às decisões desfavoráveis, concentraram-se nos assuntos Ensino Superior – Serviços e Diplomas/Certificado de Conclusão do Curso – Ensino Superior, respectivamente, com 28% e 27% decisões nesse sentido.

Resultado do julgamento: Administrativo

ADMINISTRATIVO	Fav.	Parc. Fav.	Desf.	Total	% des	% fav
REGISTRO/EXERCÍCIO PROFISSIONA CONSELHOS REGIONAIS E AFINS	157	16	39	212	18%	74%
MULTAS/SANÇÕES - CONSELHOS REGIONAIS E AFINS	84	3	25	112	22%	75%
POUPANÇA - PLANOS ECONÔMICOS	51	22	22	95	23%	54%
DIPLOMAS/CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO CURSO - ENSINO SUPERIOR - SERVIÇOS	39	5	17	61	28%	64%
ENSINO SUPERIOR - SERVIÇOS	12	2	11	25	44%	48%

5. Núcleo do Órgão Especial

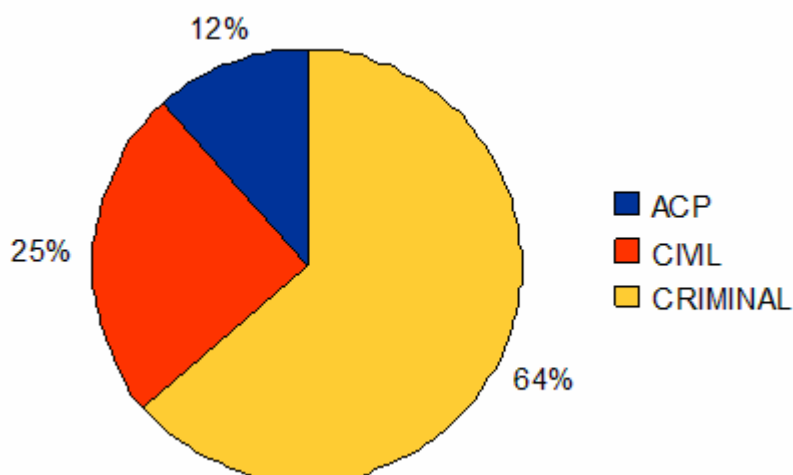
No que tange a movimentação dos feitos do NOE, verifica-se que, no semestre, o movimento total foi de 362 processos. Nota-se que 90 feitos referiram-se à matéria Cível, 230 feitos eram criminais e 42 eram Tutela Coletiva.

Movimentação no NOE

Movimentação	Cível	Criminal	Tutela Coletiva
Saída Total	20	44	119
Entrada Total	22	46	111
Processo Novo	7	23	27
Retorno	15	23	84
Total	42	90	230

Ilustram-se os totais apresentados na movimentação processual com o gráfico a seguir.

Movimentação no NOE (%)



As representações do NOE estão, a seguir, detalhadas mês a mês. Registre-se que, neste semestre, especificamente no mês de fevereiro, de uma das representações a providência tomada foi o oferecimento de uma denúncia.

Representações: NOE

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total
38	32	27	23	27	24	171

A seguir, a tabela apresenta as classes processuais dos processos que tramitaram perante o NOE. Apresentaram-se em maior quantidade os inquéritos policiais (362), seguidos dos mandados de segurança (84).

Movimentação por Classe Processual: NOE

Classe	Jan		Fev		Mar		Abr		Mai		Jun		Total
	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	
2720SL-SP			1	1	4	4	1	2			4	3	20
ACAO CIVIL PUBLICA							1	1	1	1	1	1	6
ACAO PENAL	6	8	5	3	7	9	7	5	2	4	4	2	62
AGRAVO DE INSTRUMENTO REC EXTR CRIMINAL						2	2						4
AGRAVO DE INSTRUMENTO REC EXTRAORDINARIO							1	1					2
CAUTELAR INONIMADA	1												1
CONFLITO DE COMPETENCIA	3	3	3	3	3	3	1	2	6	6	5	6	44
DESAFORAMENTO DE JULGAMENTO			1	1			1	1					4
EXCECAO DA VERDADE				12					1	1			14
EXCECAO DE SUSPEICAO	9	9											18
EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO CRIMINAL	1												1
EXECUCAO PENAL PROVISORIA			1	1									2
INQUERITO POLICIAL	64	47	25	30	35	34	25	23	18	20	24	18	363
MANDADO DE SEGURANCA	13	9	8	7	9	10	7	7	3	4	4	4	85
MEDIDA CAUTELAR									1	1			2
MEDIDA CAUTELAR DE BUSCA E APREENSÃO CRIMINAL											1	1	2

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 3ª REGIÃO

Classe	Jan		Fev		Mar		Abr		Mai		Jun		Total
	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	
PEDIDO DE ARQUIVAMENTO REPRES CRIMINAL	1	1			1		2	1					6
PEDIDO DE BUSCA E APREENSAO CRIMINAL	1	1					1	1			1		5
PETICAO		2	1	1	2		1	2	1		2	3	15
PROC ADMINISTR DISCIPLINAR MAGISTRADO					1	1	1	1	1	2	2	3	12
PROCEDIMENTO INVESTIGATORIO DO MP				1	1		1	1		1			5
PROCESSO ADMINISTRATIVO			2	2			1	1		1	3	2	12
REC PROC ADMIN DISCIPLINAR FACE SERVIDOR					1	1							2
RECURSO ADMINISTRATIVO								1	2	1			4
REPRESENTACAO	4	3			1	1	4	4	1	2	1		21
REPRESENTAÇÃO CRIMINAL	6	7	8	5	3	4	3	4	4	4	6	4	58
SUSP. DE LIMINAR D ANTECIPAÇÃO DE TUTELA	1	1	3	3	4	4	1	1	2	4	6	5	35
SUSPENSÃO DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA	3	2					1	1	1	2	2	2	14
SUSPENSÃO DE LIMINAR	1	2	2	1	2	2	3	3			2	2	20
SUSPENSÃO DE SEGURANCA	3	3	2	1	5	5	1	1		1	6	5	33
TOTAIS	117	98	62	72	78	81	66	64	44	55	74	61	872

Segundo o resultado do julgamento, vale consignar que o Núcleo do Órgão Especial obteve 22 decisões favoráveis na matéria criminal; 20, na matéria civil; e, 1 decisão na matéria Tutela Coletiva. Totalizou-se, portanto, 43 decisões favoráveis das 50 decisões proferidas pelo TRF – 3ª Região. Vide tabela abaixo.

Resultado do Julgamento: NOE

Matéria	Fav	Parc.	Fav	Desf	Total
TUTELA COLETIVA	1		-	-	1
CÍVEL	20		1	4	25
CRIMINAL	22		-	1	24
TOTAL	43		1	5	50

Quanto aos processos remanescentes, detalha-se na tabela seguinte. Observa-se que grande parte dos processos referem-se ao tempo de permanência de até 6 meses (12); logo em seguida, apresentam-se os feitos remanescentes até 30 dias (10), bem como aqueles que aguardam mais de 1 ano pela manifestação ministerial (10).

Remanescentes: NOE

Faixa de Tempo	Total
Até 30 dias	10
Até 60 dias	4
Até 90 dias	1
Até 6 meses	12
Entre 6 meses e 1 ano	2
Mais de 1 ano	10
Total	39

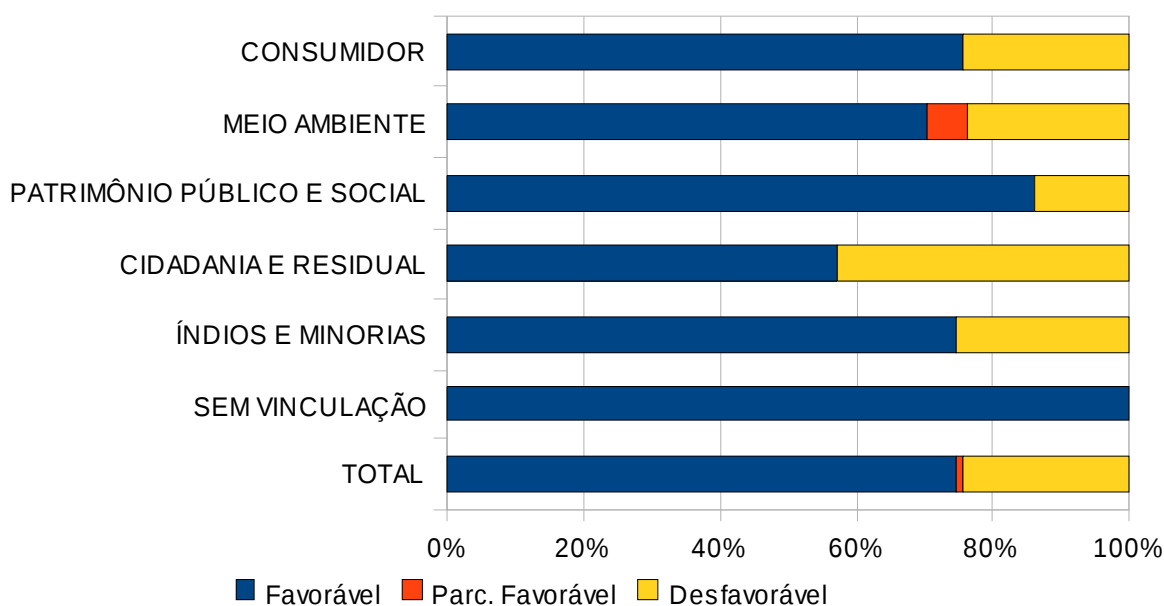
6. Núcleo da Tutela Coletiva

O Núcleo da Tutela Coletiva obteve 68 decisões favoráveis neste semestre. Sublinhe-se que o Ofício Consumidor, Ordem Econômica e Economia Popular logrou 25 decisões nesse sentido, que representa, percentualmente, 76% das decisões favoráveis.

Outrossim, destaca-se o Ofício Patrimônio Público e Social com 86% (19 decisões) consoantes o entendimento da PRR - 3ª Região, bem como o Ofício Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, com 70%, ou em números absolutos, 12 decisões favoráveis à posição ministerial.

Gráfico e tabela subsequentes pormenorizam as informações por Ofício.

Resultado do Julgamento por Ofício (%)



Resultado do Julgamento por Ofício (quantidade)

Ofício	Fav	Parc. Fav.	Desf	Total
CONSUMIDOR	25	-	8	33
MEIO AMBIENTE	12	1	4	17
PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL	19	-	3	22
CIDADANIA E RESIDUAL	8	-	6	14

Ofício	Fav	Parc.	Fav.	Desf	Total
ÍNDIOS E MINORIAS	3	-	1	4	
SEM VINCULAÇÃO	1	-	-	1	
TOTAL	68	1	22	91	

7. Recursos Extraordinários com Repercussão Geral e Recursos Especiais selecionados para julgamento de matéria repetitiva

Comparação dos assuntos dos processos cíveis que passam pela PRR - 3ª com alguns dos casos nos quais já foi reconhecida a Repercussão Geral no STF e nos Recursos Repetitivos no STJ. Relatório mais completo desta relação será elaborado para o relatório anual.

Benefício de prestação continuada da Lei Orgânica da Assistência Social

- STF (repercussão geral): casos de concessão para estrangeiros residentes no país (*leading case* RE 587970) e;
- STF (repercussão geral): definição do estado de pobreza do idoso (*leading case* RE 567985).
- STJ (recurso repetitivo): possibilidade da demonstração da condição de miserabilidade do benefício por outros meios de prova, quando a renda *per capita* for superior a ¼ do salário mínimo, é objeto do Recurso Especial repetitivo nº 1112557/MG (mérito aguarda julgamento).

COFINS e PIS

- STF (repercussão geral): isenção da COFINS (casos de revogação por lei ordinária - RE 377.457);
- STF (repercussão geral): inconstitucionalidade do §1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98 (RE 585235);
- STF (repercussão geral): necessidade de Lei Complementar para a majoração de alíquota da COFINS (AI 715423);

- STF (repercussão geral): exclusão das vendas a prazo inadimplidas na base de cálculo do PIS e a COFINS; a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (RE 574706)
- STF (repercussão geral): isenção da COFINS no caso de sociedades de prestação de serviço (RE 575093)
- STF (repercussão geral): constitucionalidade da cobrança da COFINS com fundamento na Lei n. 10.833/2003, resultado da conversão da Medida Provisória n. 135/2003 (RE 570122).
- STJ (recurso repetitivo): Recurso Especial 962379, escolhido como representativo de controvérsia, o STJ, julgando o mérito, entendeu que não se caracteriza a denúncia espontânea no caso de tributo federal sujeito a lançamento por homologação (PIS/COFINS).

Pensão por morte:

- STF (repercussão geral): Benefício Previdenciário. Pensão por morte. Lei nº 9032/95. Constituição Federal, artigos 5º, XXXVI e 195, § 5º. RE 597389
- STF (repercussão geral): execução contra a Fazenda Pública. Embargos, Art. 741 do Código de Processo Civil. Aplicação no âmbito dos juizados. Arts. 5º, caput, e inciso XXXVI (coisa julgada e ato jurídico perfeito), e 195, § 5º (pré-existência de custeio). Coisa julgada inconstitucional. Aplicação retroativa da Lei nº 9.032/95. Majoração percentual da pensão por morte concedida antes da vigência. RE 415.454 e RE 416.827. RE 586068
- STJ (recurso repetitivo): O Recurso Especial Repetitivo 1110565 propõe ao STJ a questão da (im)prescindibilidade da condição de segurado do de cujus para a concessão do benefício. O Recurso Especial Repetitivo 1111220 discute o cabimento de pagamento de pensão por morte a pessoa maior de 21 (vinte e um) anos, não-inválida, ainda que estudante universitária.

Contribuição incidente sobre folha de salários

- STF (repercussão geral): Contribuição previdenciária patronal. Incidência de contribuição previdenciária patronal sobre folha de salários. Abrangência da expressão “folha de salários”. Art. 195, I, da CF (RE 565160);
- STJ (recurso repetitivo): Recurso Especial 977058, escolhido como representativo de controvérsia, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que incide sobre folha de salário a contribuição adicional destinada ao INCRA.

Aposentadoria por invalidez

- STF (repercussão geral): questão da fixação da renda mensal inicial e apuração do salário-de-benefício nos casos de aposentadoria por invalidez precedida pelo auxílio-doença (RE 583834).
- STJ (recurso repetitivo): absorção do auxílio-suplementar pelo auxílio-doença em face da aplicação da lei nº 8.213/91 (Recurso Especial 1105204).
- STJ (recurso repetitivo): trata da legitimidade da Companhia Siderúrgica Nacional para a propositura de ações contra o INSS, em que se discuta a manutenção do benefício de aposentadoria por invalidez a empregados por ela contratados (Recurso Especial 1100053).
- STJ (recurso repetitivo): salário-de-contribuição dos benefícios concedidos antes da vigência da Constituição Federal de 1988 (Recurso Especial 1113983).

Imposto de Renda da Pessoa Jurídica

- STF (repercussão geral): majoração da alíquota do **Imposto de Renda da Pessoa Jurídica** nos casos de exportações incentivadas a partir do exercício financeiro de 1990, ano-base 1989 (RE 592396).

IPI

- STF (repercussão geral): isenção ou alíquota zero e compensação de créditos (leading case: RE 562.980);
- STF (repercussão geral): descontos incondicionados (RE 567935);

- STF (repercussão geral): constitucionalidade do decreto n. 2.917/98 quanto à adoção do princípio da seletividade para a fixação de alíquotas do IPI (RE 567948);
- STJ (recurso repetitivo): possibilidade de compensação dos créditos de IPI relativos à aquisição de matérias-primas, insumos e produtos intermediários tributados à alíquota zero, nos moldes dos artigos 11, da Lei 9.779/99 (Recurso Especial 860369).
- STJ (recurso repetitivo): correção monetária de créditos escriturais de IPI referentes à operações de matérias-primas e insumos empregados na fabricação de produto isento ou beneficiado com alíquota zero (REsp 1035874);
- STJ (recurso repetitivo): possibilidade de creditamento de IPI relativo à aquisição de materiais intermediários que se desgastam durante o processo produtivo sem contato físico ou químico direto com as matérias primas (bens destinados ao uso e consumo). (aguardando julgamento de mérito no Recursos Especial 1075508).

Aposentadoria por tempo de serviço (artigos 52 a 56 da Lei 8.213/91)

- STF (repercussão geral): impossibilidade de adoção do chamado “sistema híbrido” tem repercussão geral (RE 575.089)

BOLETIM ESTATÍSTICO

1º Semestre de 2009

ESCLARECIMENTOS, SUGESTÕES E/OU CRÍTICAS:
SEST@PRR3.MPF.GOV.BR OU FONE 2192-3355

SÃO PAULO, AGOSTO DE 2009

